

Política e estratégia nas ruas do Brasil no século XXI

Politics and strategy on the Streets of Brazil in the 21st Century

Josué Medeiros*

Resenha: ALONSO, Angela. **Treze:** a política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Palavras-chave: junho de 2013; movimentos sociais; lutas.

Keywords: June 2013; Social Movements; Struggles.

EM SEU LIVRO sobre as jornadas de junho de 2013, a socióloga Angela Alonso registra a primeira vez que a sociedade brasileira viu a Praça dos Três Poderes tomada por manifestantes: “A ocupação das cúpulas côncava e convexa da Câmara e Senado se transmitiu em verdadeira rede nacional de televisão. O efeito simbólico foi colossal: o povo tomava o poder. Os cidadãos contra o Estado” (p. 191).

Dez anos depois, a cena se repetiu em 8 de janeiro de 2023. A tentativa golpista foi derrotada e sabemos que foi um movimento fascista homogêneo. Há dez anos, não tínhamos extrema direita organizada no Brasil. Um certo senso comum da esquerda atribui isso às jornadas de junho de 2013, no que Alonso chama de tese do sequestro, ou que chamamos de tese do ovo da serpente. Voltaremos ao bolsonarismo no final do texto, mas é preciso destacar que o primeiro grande mérito da socióloga uspiana, desde o começo de sua obra, é combater essa tese, afirmando que junho de 2013 não foi movimento “unidirecional, de um rumo só. Aqui se argumenta que não foi isso *ou* aquilo; foi isso e aquilo; junho foi de várias mobilizações simultâneas, um mosaico” (p. 12).

O segundo grande mérito de seu livro é dissecar esse mosaico, analisando cada dia de manifestação ao longo mês, buscando os antecedentes e depois as consequências. Entre as

* Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: josuedsrj@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6421-9170>.

páginas 226 e 229, ela apresenta uma cronologia que divide os protestos em três fases (fase 1, do dia 2 ao dia 19 de junho, que ela chama de eclosão; fase 2, do dia 14 ao dia 16 de junho, entendida por ela como diversificação; e fase 3, do dia 17 ao dia 26 de junho, caracterizada como massificação); e que é muito importante para nos ajudar a visualizar o conjunto dos protestos. Na página 220, ela nos brinda com um mapa dos ativismos e movimentos que ocuparam as ruas, e nas páginas 225 e 226, com um perfil sociológico dos manifestantes que foram aderindo aos atos.

Além disso, sua pesquisa demonstra que, antes da explosão massiva em 13 de junho, já havia ocorrido 77 atos no país, sobre os mais variados temas (p. 160). Ela destrincha com precisão como a repressão do governo do estado de São Paulo foi decisiva para a adesão de amplas massas aos atos (p. 170). Sua investigação minuciosa nos mostra como mais pessoas nas ruas levou a uma disputa pelos sentidos das manifestações, até o dia 17 de junho, com o que ela chama de “inflexão” (p. 179), quando de fato os atos se tornaram nacionais. Alonso nos lembra, ainda, que do dia 17 ao dia 20, o apoio popular aos protestos só fez aumentar (p.197), levando sucessivos governos a cancelar o aumento das tarifas. No dia 20, então, ocorre o que ela chama de “potência política do adesismo” (p. 202), quando o protesto se converte em festa e é apoiado por empresários e por governos (p. 204). Mais adiante, ela define o dia 21 de junho como marco do declive dos protestos, até que, no final de junho, “quem seguiu nas ruas foram os profissionais da política, que sempre estiveram lá, ou os que tomaram gosto pela coisa e enveredar pela carreira do ativismo” (p. 255-256).

Esse necessário olhar para a diversidade não a impede de, ao longo de 350 páginas, tentar conferir sentidos explicativos para “o mosaico” de junho, a partir das noções de zonas de conflito e campos de ativismo, importantes para ajudar na compreensão das linhas de forças que levaram àqueles protestos e depois seguiram impactando decisivamente a política brasileira até os dias de hoje.

Contudo, não há política sem estratégia, seja nas instituições ou nas ruas. E, a nosso juízo, esse elemento está ausente na obra de Alonso, o que se constitui como o principal problema de sua análise. É fundamental inserir esse aspecto da estratégia nos balanços tanto políticos quanto acadêmicos de junho de 2013. E é partir dessa dimensão que vamos dialogar criticamente com a obra de Angela Alonso nesta breve resenha.

Antes, é importante apresentar aqui que entendemos a relação entre estratégia e política de dois modos. Primeiro, tal como elaborou Nicolau Maquiavel, em 1513, defendendo que *O Príncipe* precisa ter a fortuna –que é a contingência dos tempos e conjunturas– com a virtude, que é a qualidade de interpretar a realidade e agir. De onde vem uma das célebres frases do clássico *O Príncipe*: “todos os profetas armados venceram e os profetas desarmados perderam.”¹ Segundo, tal como a atualização proposta por Antonio Gramsci em seus cadernos do cárcere sobre a profecia na política, quando ele afirma que é absurdo pensar numa previsão

1 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969. p. 41.

puramente “objetiva”. Em suas palavras, “quem prevê, na realidade, tem um ‘programa’ que quer ver triunfar”, e a previsão é exatamente um elemento de tal triunfo.²

Para demonstrar a ausência da análise estratégica no livro de Alonso, é preciso trazer à baila seu terceiro grande mérito, que foi o de historicizar aquelas mobilizações ao relacioná-las com o que ela entende como uma reconfiguração da política das ruas a partir do momento em que a esquerda chega à Presidência da República com Lula em 2003. Tal reconfiguração se deu porque o PT levou as ruas para o governo federal: “A ideia era o povo no governo. O PT era um partido de movimento [...]. A aspiração era de um governo movimentista a funcionar, disse o presidente, em regime de ‘mutirão cívico’. O estilo socialista de ativismo se transmutou em estilo de gestão” (p. 19-20).

Esse processo foi atravessado por contradições, especialmente no que Alonso chama de “mexer no Orçamento”; o que é complexo, pois “não havia recurso para todos”. Assim, prossegue ela, “a festa foi se tornando seletiva” (p. 20) e os problemas foram se exacerbando. A socióloga pontua que “protesto, contraintuitivamente, quem insufla é governo, quando iniciativas suas afetam grupos sociais em condições de reagir – a favor ou contra” (p. 22). É dessa dinâmica que emergem as três zonas de conflito que se desenvolveram a partir do governo Lula.

Primeiro, os conflitos redistributivos, no qual, além da questão da renda expressa no Bolsa Família, ganha centralidade o problema fundiário, em que “as estratégias governamentais quanto à propriedade da terra –rural, urbana e florestada– suscitaram arestas” (p. 36) e onde “o vaivém do governo não agradou nem a parte da sociedade organizada, que reclamava de excesso de intervenção na estrutura fundiária, nem os movimentos que queriam terra para assentamento e proteção ambiental” (p. 37).

Segundo, os conflitos morais, que se dividem em moral privada e moral pública. Na moral privada ela destaca a questão da sexualidade que mobilizou movimentos de esquerda contra o governo –e nisso Alonso minimiza a presença do petismo nesses setores, cometendo o erro factual de colocar a Marcha Mundial de Mulheres como um ativismo não petista (p. 40)– e que também ativou a mobilização religiosa conservadora, com as massivas marchas pela vida: “para movimentos autonomistas, a sexualidade era espaço de liberdade e experimentação; para os conservadores, era um risco” (p. 40).

Já na moral pública, a questão central foi a corrupção. A crise do mensalão é central nesse conflito, que ela chama de “longo pesadelo petista” (p. 42). Tal tema, contudo, não mobilizou as massas e Alonso relata que eram “protestos de encher Kombi” (p. 44). Mas, segundo ela, a pauta foi capaz de criar redes de ativismo mais amplas, algumas inclusive com apoio de setores progressistas, como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que levou à Lei da Ficha Limpa (p. 45).

2 GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre Estado e a política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012. p. 347.

A terceira, Alonso chama de zona de conflitos em torno da violência legítima, que se bifurca entre a questão da ditadura militar e o problema da violência urbana. Para ela, a derrota no plebiscito do desarmamento em 2005 e os eventos violentos no Rio de Janeiro e São Paulo em 2006 colocaram a direita na ofensiva, pois “se enraizava na percepção pública de que o crime crescia ante a imobilidade do governo” (p. 47). Em paralelo, o tema da memória e verdade implicou, para ela, em um movimento no qual “O PT cutucou com vara curtíssima a memória do regime” (p. 48), permitindo que a direita investisse “no que nos Estados Unidos já se chamava ‘guerra cultural’” (p. 49).

Em 2009, o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 fez convergir as três zonas de conflito. Em suas palavras, o PNDH 3 “declarava guerra a todo mundo ao mesmo tempo: grupos religiosos, proprietários de terra, militares, imprensa. Todos berraram ao mesmo tempo, e Lula recuou de novo, como recuara no primeiro mandato” (p. 51).

Ao desenvolver as zonas de conflito, Alonso tangencia dinâmicas que são próprias da dimensão estratégica na política: festa seletiva que deixa alguns de fora, cutucar a onça com vara curta, declarar guerra a todos, recuar, são todas expressões que decorrem de decisões sobre qual é a estratégia política de um determinado ator. As noções de que “a rua reage” e é o “Estado que pauta” (p. 12), apresentadas por ela logo no começo da obra, também derivam de um debate sobre estratégia política tanto de quem está nas instituições quanto dos movimentos sociais que agem por fora delas.

A socióloga, contudo, opta por não adentrar de fato nessa dimensão e parte para um debate teórico com as teses de Jurgen Habermas “sobre consensos normativos” (p. 52), apresentando como contraponto a noção de “dissensos morais” (p. 53). Daí vêm as zonas de conflito e os três campos de ativismo que disputam as três zonas.

Alonso afirma que foi o campo socialista (ligado ao PT) que dominou as ruas do final dos anos 1970 até o começo do governo Lula. Já com a esquerda no governo, três campos se colocam em movimento para disputas nas ruas. São eles, segundo ela, o campo autonomista, o campo neossocialista, ambos de esquerda, e o campo patriota, que vai mobilizar movimentos de direita. Voltaremos a este último no final da resenha.

Na esquerda, Alonso diferencia o campo autonomista e o neossocialista pela zona de conflito em que cada um atua. O último “agregava movimentos mais compreensivos com as agruras governamentais quanto os queixosos de que o PT abandonara suas promessas. Nas reivindicações, eram redistributivos” (p. 65). Já o primeiro, “estava bem mais distante do governo. Embora apoiasse a agenda redistributiva, sua guerra central era na zona de conflito da moralidade” (p. 65). Outra diferença é “no formato organizacional”, que é o debate entre direção, centralismo democrático defendidos pelos neossocialistas e horizontalismo pregado pelos autonomistas.

Essa diferenciação tem muitos problemas. O Movimento Passe Livre (MPL), que protagonizou junho de 2013 em São Paulo e é do campo autonomista, atua na redistribuição

com a questão da tarifa do transporte público. Ademais, as universidades estão repletas de coletivos neossocialistas cuja pauta principal é do campo da moralidade, a partir dos debates sobre antirracismo e marxismo e feminismo socialista. O debate estratégico resolve essa aparente confusão: nossa hipótese é que a decisão sobre onde atuar é mais importante para entender os ativismos progressistas do que as pautas. Atuação nos territórios periféricos aproximava movimentos neossocialistas como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o MPL, enquanto o campo de ação nas universidades e vanguardas estudantis produziu uma convergência entre coletivos negros e feministas marxistas e autonomistas.

Os problemas da segmentação proposta por Alonso aparecem novamente quando ela analisa o que chama de redes cívicas (p. 67), que se dividem em redes solidárias (p. 72), mais à esquerda, e redes empreendedoras (p. 77), mais à direita.

As redes cívicas, para a intelectual, são o resultado tanto do que ela chama de “trabalho de formiguinha do recrutamento” (p. 67) (e que é a vida dos movimentos nos longos intervalos em que não é possível mobilizar as massas) quanto da sedimentação da democracia, com gramática da sociedade civil, estimuladas pelo governo FHC (p. 69) e a gramática participacionista que o PT impulsionava já nas gestões municipais (p. 70).

Ela define as redes cívicas como “um engajamento político, sem vínculo necessário com movimentos sociais ou partidos, mas dedicadas a resolver problemas coletivos por meio da ação direta, em vez de deixar a gestão do cotidiano por conta do governo (p. 71) e “como uma maneira de fazer política que nem soava como política, e, por isso, podia se definir até mesmo como ‘antipolítica’” (p. 72).

Tal definição é contraditória com a dimensão do “trabalho de formiguinha” que ela mesmo traz e que é parte fundamental da estratégia política dos movimentos sociais no Brasil. O clássico *Quando novos personagens entram em cena*, de Eder Sader,³ é brilhante em mostrar como a explosão de lutas do final dos anos 1970 em diante foi resultado de uma estratégia política de “trabalho de formiguinha” de parte da esquerda.

Por fim, a lacuna no debate estratégico impacta como Alonso analisa o que ela chama de “espólios de junhos”. Ela conclui que a esquerda, embora tenha vencido as eleições em 2014, porque teve o voto dos mais pobres (ausentes de junho de 2013, segundo ela), perdeu o controle das ruas para o campo patriótico. As direitas, entendidas por ela como “um saco de gatos” (p. 66-67), manteve sua diversidade depois de junho de 2013 e das eleições, mas soube se unir contra o PT (p. 270).

Alonso explica essa unidade pelas pautas conservadoras e pelo diagnóstico sobre os problemas do Brasil e, uma vez mais, deixa escapar a estratégia sem a qual não é possível entender o que ela chama de desfecho “paradoxal” (p. 273) que foi a hegemonia do bolsonarismo. Ora, a política das ruas demonstra que é preciso uma estratégia de mobilização

3 SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

de massas. Para a direita, nenhuma pauta foi capaz de mobilizar tanto quanto a possibilidade de retirar a esquerda do governo, e só Bolsonaro soube galvanizar esse sentimento. Seus sentidos retrógrados nada têm de paradoxal, porque é a partir deles que as novas direitas historicizam seus movimentos recentes, conectando-se com o autoritarismo enraizado na política brasileira no século XX.

Alonso destaca que o governo Dilma ficou cego “para reivindicações de movimentos liberais e conservadores operando dentro do esquadro democrático” (p. 268), sugerindo que um diálogo talvez evitasse o desfecho bolsonarista. Devemos sim analisar os erros estratégicos das esquerdas nos últimos dez anos, inclusive pesquisando as novas esquerdas que se fortaleceram –como o MTST– e os processos de renovação dos partidos, como a incipiente e ainda insuficiente renovação parlamentar da esquerda, com mais mulheres negras e congressistas jovens.

Mas a responsabilidade política pela ascensão do bolsonarismo não pode ser atribuída a junho de 2013, e nisso Alonso acerta, e tampouco a uma suposta falta de diálogo por parte do governo Dilma com a direita, e nisso a socióloga se equivoca. Ela ignora que o diálogo no mínimo foi inviabilizado de ambas as partes, com a estratégia da direita brasileira de desestabilização das eleições em 2014 e do governo Dilma em 2015. A responsabilidade é da direita brasileira desde o processo do golpe parlamentar de 2016.

Recebido em: 20/09/2023

Aprovado em: 30/10/2023